

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 30 de setembro a 4 de outubro, em Brasília.

RELAÇÕES ESTREMECIDAS E NOVAS INSTABILIDADES.

As relações entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional foram abaladas novamente. Apesar da melhora na relação do governo com os parlamentares nas últimas semanas, os recentes vetos presidenciais e a dificuldade financeira do governo aportar recursos nas emendas parlamentares deixaram os congressistas mais ariscos.

O primeiro efeito foi o adiamento da votação da Reforma da Previdência da última semana. A razão foi justamente o pedido de liberação de emendas orçamentárias. Nessa linha, os últimos vetos sobre o projeto de abuso de autoridade e da lei dos partidos ainda devem cobrar seu preço nas próximas votações, especialmente no Senado Federal.

Com isso, a indicação de Eduardo Bolsonaro para a embaixada brasileira em Washington segue em suspensão. Os articuladores do governo no Senado continuam esperando o melhor momento para o envio da indicação, que

deve ocorrer apenas após a aprovação da Reforma da Previdência.

Outro foco de instabilidade política vem do Supremo. Na última semana, foi formada maioria na Corte pela tese de que os réus delatados deveriam ser ouvidos após os delatores, para poderem, assim, se defender das acusações. Até o momento, 9 dos 11 ministros votaram, sendo 6 a favor da tese, que pode resultar no cancelamento de condenações que não seguiram essa regra – o que deve ser definido na reunião da Corte desta quarta (2), juntamente com a conclusão dos votos dos dois ministros restantes.

A possível migração de Lula para o regime semiaberto também pode impactar nos debates políticos em torno da Operação Lava Jato. Após cumprimento de um sexto da pena de 8 anos, 10 meses e 20 dias no caso do triplex, Lula ainda resiste em aceitar a mudança de regime, visando edificar seu discurso de inocência. Contudo, a pressão de familiares e amigos pode mudar essa decisão. Será importante acompanhar com atenção os efeitos da atuação política de Lula fora da prisão, ainda que com limitações, tendo em vista o cenário político atual e as eleições municipais de 2020.

Destaques da Semana

Semana

- Governo deve enviar ao Congresso Nacional sua proposta de Reforma Tributária

Terça

- [Previsão de votação](#) do texto da Reforma da Previdência no Senado Federal.

Quarta

- [Previsão de conclusão da votação do STF](#) sobre tese de que os réus delatados deveriam ser ouvidos após os delatores.
- [Análise de vetos presidenciais](#), de créditos orçamentários e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro se reuniu durante esta segunda, com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança, Augusto Heleno, com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, com a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, com o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni e com o ministro da CGU, Wagner Rosário.

Casa Civil

Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni se reuniu com o presidente da república, Jair Bolsonaro, com alguns ministros de Estado e com alguns secretários dos ministérios.

MCTIC

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Agenda do Ministro – Marcos Pontes participou de evento do Fórum Nacional CINTESP.Br e se reuniu com Michael Fukuda, da Learning EO Brasil.

Agenda Internacional

- ✓ Assunção (Paraguai) – 35º Reunião Ordinária do Comitê Consultivo Permanente I (CCP.I) - Telecomunicações/Tecnologias de Informação e Comunicação, da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL)

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro – Paulo Guedes se reuniu com o presidente da República, Jair Bolsonaro e, depois, com os secretários especial do Ministério da Economia.

Agenda Internacional

- ✓ Bogotá (Colômbia) – Workshop Regional sobre Obstáculos Comerciais Técnicos para Funcionários Governamentais dos Países da América Latina promovido pela OMC

Balança Comercial – O Ministério da Economia informou nesta segunda-feira (23) que a balança comercial registrou um superávit de US\$ 1,996 bilhão na parcial de setembro. Quando as exportações superam as importações, o resultado é de superávit. Quando acontece o contrário, o resultado é de déficit. No período, as exportações somaram US\$ 14,097 bilhões (queda de 6,9% contra setembro de 2018) e as importações totalizaram US\$ 12,101 bilhões (alta de 8,6% na mesma comparação).

BACEN Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – Roberto Campos Neto se reuniu com Marcelo Martins, presidente da Cosan, proferiu palestra em evento promovido pelo escritório Trench Rossi Watanabe, se reuniu com grupo de investidores e representantes do Brasil Plural e se reuniu com Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Conselho de Administração do Bradesco.

Boletim Focus – O boletim Focus, apontou divergências na projeção dos analistas do mercado financeiro para o desempenho da economia brasileira em 2019 e 2020. Com isso, na medição, a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional para 2019 permaneceu em 0,87%. Já

BNDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

para 2020, o prognóstico do PIB ficou em 2,00%. Contudo, a aposta para a Taxa Selic em 2019 recuou para 4,75%, e para 2020, a taxa ficou em 5,00%. A estimativa de inflação deste ano (IPCA) ficou em 3,43%. Já para 2020, a taxa registrou 3,79%. A previsão para a taxa de câmbio em 2019 ficou em R\$ 4,00. Para 2020 a taxa ficou em R\$ 3,91.

Agenda do Presidente – **Gustavo Montezano** se reuniu com representantes da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), se reuniu com representantes da SITAWI e com representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Poder Legislativo

Congresso Nacional

Plenário

Na quarta (02), está previsto a votação de vetos presidenciais, do projeto da LDO e de créditos orçamentários.

Comissões Mistas

Na terça (01), está prevista a audiência pública da **Comissão Mista sobre a MP 893/19** (MP que muda nome do Coaf e transfere órgão para Banco Central). Já para quarta-feira (02), estão previstas reuniões das **Comissões Mistas sobre a MP 894/19** (Pensão para crianças que nasceram com microcefalia em decorrência do Zika vírus.), para apreciação do plano de trabalho e requerimentos, e **MP 889/19** (Regras para saques no PIS/Pasep e no FGTS), a qual haverá votação do relatório do deputado **Hugo Motta** (Republicanos-PB).

Câmara dos Deputados

Plenário

Entre os projetos em pauta na terça-feira (1º), está o **PLP 461/17**, que altera regras sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Grupo de Estudos

Ainda na terça-feira (1º), haverá a reunião temática do **Grupo de Estudos sobre Cidades Inteligentes**, com propósito de saber como essas soluções influenciaram as experiências práticas realizadas em municípios para subsidiar o estudo na Câmara dos Deputados.

Sessão solene

Na quarta-feira (2), haverá a **Homenagem ao Dia Internacional do Idoso**.

Senado Federal

Plenário

Na terça-feira (1º), há a previsão de votação da Reforma da Previdência (**PEC 6/19**).

Temáticas em Pauta nas Comissões

REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara | CESP | Terça (1º)

Política Socioeconômica do IBS

Reunião Deliberativa – discutir a **Política Socioeconômica do IBS**: eficiência da desoneração para a população de baixa renda e integração com o Simples Nacional.

<p>Semiárido Regional</p>	<p>Foram convidados, entre outros, o ministro da Fazenda de 1995 a 2003, Pedro Malan; o ex-presidente do Banco Central (1995) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1993-1995), Pérsio Arida; e o diretor do Centro de Cidadania Fiscal, Eurico Marcos Diniz de Santi.</p> <p>Assembleia Legislativa do Espírito Santo, Vitória (ES) CESP Sexta (4)</p> <p>Seminário – debater a Reforma Tributária (PEC 45/19). Foram convidados, entre outros, o presidente da Comissão Especial – Reforma Tributária, Hildo Rocha; o relator da Comissão Especial – Reforma Tributária, Aguinaldo Ribeiro; o coordenador do seminário e membro da Comissão Especial – Reforma Tributária, Da Vitória; o governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande; o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, Erick Musso. o prefeito de Vitória/ES, Luciano Rezende; o procurador-geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Eder Pontes da Silva; o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, Sérgio Luiz Teixeira Gama; o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto; o presidente da Ordem dos Advogados do Estado do Espírito Santo, José Carlos Rizk Filho; e o diretor do Centro de Cidadania Fiscal, Bernard Appy.</p>
<p>ECONOMIA</p> <p>Devedor Contumaz</p> <p>Caixa Econômica</p> <p>Cade</p> <p>Folhas de pagamentos</p> <p>Moedas Virtuais pelo BC</p>	<p>Câmara CESP Terça (1º)</p> <p>Audiência Pública – e votação de requerimentos. Foram convidados, entre outros, os presidentes do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo (Simpí), Joseph Couri; da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), João Carlos Marchesan; e da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe), Marcelino Rodrigues.</p> <p>Câmara CTASP Terça (1º)</p> <p>Audiência Pública com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, a fim de tratar de temas referentes à Instituição.</p> <p>Senado CAE Terça (1º)</p> <p>Sabatina – com os indicados para os cargos de procurador-chefe e superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)</p> <p>Câmara CESP Terça (1º)</p> <p>Audiência Pública – debater desonerações sobre folha de pagamento. Foram convidados, entre outros, representantes da Receita Federal do Brasil; da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e da Confederação Nacional do Comércio (CNC).</p> <p>Câmara CESP Quarta (2)</p> <p>Reunião Deliberativa – Audiência Pública, logo após tal, haverá a eleição do 2º e do 3º vice-presidentes e votação de requerimentos. Foram convidados para a audiência: a especialista em criptomoedas, Elisa da Costa Henriques; o diretor de Programa da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Geanluca Lorenzon; e o auditor fiscal e coordenador de Estudos e Atividades Fiscais da Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal, Rafael Santiago.</p>
<p>POLÍTICA</p> <p>Gestores públicos</p>	<p>Câmara CESP Terça (1º)</p> <p>Audiência Pública – discutir o papel dos gestores públicos. Foram convidados, entre outros, o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Antônio Leite dos Santos Filho; e o secretários de Transportes e Mobilidade do Distrito Federal, Valter Casemiro Silveira.</p>

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Câmara | CCTCI | Terça (1º)

Dados Informáticos

Audiência Pública – discutir os **dados informáticos** nos crimes contra crianças e adolescentes. Foram convidados, entre outros, o presidente da organização não governamental SaferNet Brasil, **Thiago Tavares Nunes de Oliveira**; a chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos do Departamento de Polícia Federal (DPF), **Cassiana Saad de Carvalho**; e o coordenador do Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, **Leonardo Otreira**.

Câmara | Subcomissão Permanente – CCTCI | Quinta (3)

Orçamento

Reunião Ordinária – apresentação e discussão da proposta de plano de trabalho referente ao orçamento de ciência e tecnologia no Brasil, alternativas para a ampliação do volume dos investimentos, a eliminação de entraves burocráticos e tributários e a otimização da aplicação dos recursos.

Câmara | Subcomissão Especial – CCTCI | Quinta (3)

Empreendedorismo e Inovação

Audiência pública – debater sobre empreendedorismo e inovação: visão da academia e do governo. Foram convidados, entre outros, o subsecretário de Inovação do Ministério da Economia, **Igor Manhães Nazareth**; o diretor do Departamento de Ecossistemas Inovadores do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), **Otávio Viegas Caixeta**; o superintendente da Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), **Raphael Braga**; a reitora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), **Wanda Machado Hoffmann**; o coordenador da Pós-Graduação do Departamento de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (EGC/UFSC), **Roberto Carlos Pacheco**; o professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), **Álvaro Prata**; o presidente da Associação Brasileira de *Startups* (ABStartups), **Amure Pinho**; o coordenador de projetos do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), **César Augusto Costa**; e um representante do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).

TRANSPORTE

Câmara | CVT | Quinta (3)

Transporte por Aplicativo

Audiência Pública – debater os efeitos do transporte por aplicativo no transporte público. Foram convidados, entre outros, o diretor do Departamento de Planejamento e Gestão de Mobilidade e Serviços Urbanos (DEPLAN) do Ministério do Desenvolvimento Regional, **Cleber de Almeida**; o prefeito de São José dos Campos (SP) e vice-presidente de Mobilidade Urbana da Frente Nacional de Prefeitos, **Felício Ramuth**; o presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes em Mobilidade Urbana, **Rodrigo Mata Tortoriello**; representando a Associação Nacional de Transportes Públicos, **Fábio Antinoro**; o presidente executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), **Otávio Vieira da Cunha Filho**; e o diretor nacional executivo do Instituto Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT), **Nazareno Stainslau Affonso**.

Política

Bolsonaro sanciona com vetos a lei que muda regras eleitorais. O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta sexta-feira (27), com vetos, o projeto de lei que altera as regras eleitorais (PL 5029/19). O texto aprovado (Lei 13.877/19), que valerá para as eleições do ano que vem, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 19, após ter sido modificado no Senado. Os pontos vetados deverão ser reanalisados por deputados e senadores, em sessão do Congresso. Fonte: Agência Câmara

Guedes perde exclusividade como conselheiro econômico de Bolsonaro. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) havia sido convencido a enviar ao Congresso uma proposta de reforma tributária que incluísse a recriação de um tributo nos moldes da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Apesar de ter prometido na

campanha não criar novos impostos, ele mudou de posição após um esforço do ministro da Economia, Paulo Guedes. A iniciativa, porém, encontrou um adversário de peso no Palácio do Planalto. Contrário à recriação da CPMF, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, aconselhou mais de uma vez Bolsonaro a abandonar a ideia, o que ecoou entre eleitores do presidente e o levou a desistir. Em um contrapeso ao protagonismo de Guedes, considerado um dos fiadores da eleição do presidente, Bolsonaro tem feito consultas sobre assuntos econômicos com um grupo que foi apelidado nos bastidores de triunvirato. Fonte: Folha de S. Paulo

Câmara dos Deputados reclama de falta de projetos do governo Bolsonaro. A demora do governo de Jair Bolsonaro (PSL) para enviar ao Congresso projetos considerados relevantes tem sido alvo de críticas da cúpula do Legislativo. Líderes reclamam que o Executivo encaminha matérias de importância apenas por meio de medidas provisórias, e ainda não levou às Casas pautas consideradas prioritárias como as reformas tributária e administrativa. De acordo com parlamentares, a imobilidade do governo é que tem conferido ao Legislativo uma independência para tocar sua agenda. A reforma da Previdência, enviada pelo governo, foi capitaneada em articulação pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que também tenta comandar um projeto de reforma tributária. Fonte: Folha de S. Paulo

Deputados dizem que suas assinaturas foram usadas sem consentimento para apoiar PEC. Deputados do Novo dizem que as suas assinaturas foram usadas sem seus consentimentos para apoiar a abertura da proposta de reforma tributária do parlamentar Luis Miranda (DEM-DF). Sem elas, o projeto não teria o mínimo de 171 subscrições exigidas para poder ser criado. Fonte: Folha de S. Paulo

BC pode exigir 'muito menos' compulsório para acelerar crédito, diz Campos Neto. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, avaliou na sexta-feira (27) que, por questões de comunicação, o mercado financeiro "não está absorvendo" os avanços em reformas micro e macroeconômicas em curso até o momento e disse que o BC pode exigir "muito menos" compulsório dos bancos do que atualmente. O presidente do BC listou ações do governo e da autoridade monetária para referendar sua avaliação de que tem havido progressos, como o *open banking* – que visa aumentar a eficiência e a competição no Sistema Financeiro Nacional e abrir espaço para a atuação de novas empresas do setor –, o mecanismo de assistência de liquidez, a abertura comercial, o barateamento do preço do gás e o plano de aumento de competição no setor de petróleo, entre outras ações. Fonte: G1 Notícias.

'Vamos vender tudo', diz Onyx sobre privatizações de estatais. Em palestra direcionada a empresários na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CIC) de Caxias do Sul, na sexta-feira (27), o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, voltou a defender o plano de privatizações de estatais do governo federal. No dia 26 de agosto, o governo federal anunciou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para privatizar nove empresas estatais. Segundo Onyx, o Brasil possui R\$ 1,4 trilhão em carteira. Na sexta, ele afirmou que o governo, até o fim do ano, deve realizar leilões de rodovias, empresas de energia, comunicação, óleo e aço. Na sequência, mencionou a importância, do ponto de vista do governo, em vender as empresas estatais, adotando uma postura inversa à política dos governos anteriores. Fonte: G1 Notícias.

Dez estados não cumprem teto de gastos e podem ter de pagar R\$ 30 bilhões ao governo, diz Tesouro. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou na sexta-feira (27) que dez estados que aderiram ao programa de renegociação de dívidas, em 2016, não cumpriram com o teto de gastos estabelecido contratualmente e, por isso, podem ter de pagar R\$ 30 bilhões ao governo federal. O Tesouro afirmou que os estados devem ser oficialmente notificados na semana que vem. Por isso, até lá o órgão não vai divulgar a lista dos dez. Fonte: G1 Notícias.

Mourão defende desvinculação de recursos do Orçamento da União. O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, voltou a defender a necessidade de revisão da vinculação constitucional de recursos do Orçamento Geral da União para o pagamento de despesas obrigatórias. Ao palestrar durante um evento de capacitação de profissionais de segurança pública, em Brasília, Mourão associou a atual crise econômica à inclusão, na Constituição Federal de 1988, da obrigação dos governantes investirem um percentual mínimo em determinados setores, tais como Educação e Saúde. Fonte: Agência Brasil

Congresso tem até sexta para decidir sobre vetos à lei que muda Fundo Eleitoral. Sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro na sexta-feira (27), com vetos, a lei que altera as regras eleitorais e partidárias (Lei 13.877) já valerá para as eleições municipais do próximo ano. Caso discordem das mudanças feitas pelo Palácio do Planalto, deputados e senadores têm até o dia 4 de outubro para derrubar, em sessão conjunta do Congresso, os trechos vetados pelo presidente (VET 35/2019). Mudanças nas regras eleitorais precisam ser aprovadas um ano antes do pleito. Fonte: Agência Senado

Indicação de Eduardo para embaixada chega ao Senado após dia dez, diz líder. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), acredita que a indicação de Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) para

embaixador do Brasil nos Estados Unidos será enviada pelo governo federal após o dia 10 de outubro. "Acredito que será encaminhada após a votação em segundo turno da Previdência", disse o emedebista ao Congresso em Foco. Fonte: Congresso em Foco

Incerteza da economia cresce 2,7 pontos de agosto para setembro. O Indicador de Incerteza da Economia, medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), subiu 2,7 pontos na passagem de agosto para setembro deste ano. Com o resultado, o indicador chegou a 116,9 pontos, em uma escala de 0 a 200 pontos, e se mantém elevado em termos históricos. Fonte: Agência Brasil

Fernando Bezerra destaca melhora na economia do país. O senador Fernando Bezerra (MDB-PE) destacou nesta segunda-feira (30) em Plenário a melhora no cenário econômico do país, especialmente na recuperação do emprego. Ele citou dados do Cadastro Geral de Emprego e Desempregados (Caged), segundo os quais foram criadas 121.387 vagas com carteira assinada em agosto de 2019. Fonte: Agência Senado

Congresso avaliará vetos do presidente em nova sessão na quarta. Deputados e senadores se reúnem na quarta-feira (2), em sessão conjunta do Congresso Nacional, para retomar a análise de vetos presidenciais, de créditos orçamentários e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A sessão está marcada para as 13 horas. A pauta está trancada por cinco vetos presidenciais, que tratam sobre: estrutura das agências reguladoras; criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; regulamentação da profissão de cuidador de idosos; criação do Cadastro Nacional da Pessoa Idosa; e prazo para julgamento de ações no Supremo Tribunal Federal (STF). Fonte: Congresso em Foco.

Após 'Fogo amigo', Guedes faz ofensiva por reformas. Após ser alvo de "fogo amigo" dentro do próprio governo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, lançou mão de mais uma cartada para tentar agilizar o avanço das reformas no Congresso. Em uma articulação com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), Guedes costura um acordo para enviar em bloco medidas que podem destravar a economia e, ao mesmo tempo, auxiliar no ajuste. A ofensiva tem sido chamada de "agenda da transformação". O ministro precisará conciliar essa pauta com as medidas de curtíssimo prazo para fechar o Orçamento de 2020 e também com a diretriz do presidente Jair Bolsonaro – que vetou do dicionário de propostas do governo três termos: criação de nova CPMF, quebra da estabilidade para servidores em atividade e desobrigação de reajustar o salário mínimo pela inflação. Fonte: InfoMoney.

Poder Judiciário

Aras repudia atitudes de Rodrigo Janot e declarações de Gilmar Mendes. A Procuradoria-Geral da República (PGR) divulgou no início da tarde deste sábado (28) uma nota repudiando as atitudes do ex-procurador-geral Rodrigo Janot e as afirmações do Ministro do Supremo Tribunal Federal (Gilmar Mendes). Segundo a nota, o atual procurador Augusto Aras diz que as atitudes de Janot não devem prejudicar a imagem do Ministério Público e seus membros. Fonte: Agência Brasil.

Sucessão de reveses faz com que procuradores defendam novo julgamento para Lula. A sucessão de reveses do Ministério Público Federal (MPF) fez com que procuradores passem a defender um novo julgamento para o ex-presidente Lula. Fonte: Folha de S. Paulo

Disputa por verba entre Poderes chega ao STF. A disputa por recursos entre os Poderes chegou ao Supremo Tribunal Federal. Ao menos nove Estados tiveram de recorrer à Corte ou foram acionados por ela em função de atrasos e de tentativas de redução no valor dos repasses mensais feitos ao Judiciário e Legislativo nos últimos dois anos. Diante de orçamentos deficitários, que impedem investimentos em áreas básicas e levam até mesmo ao parcelamento dos salários dos servidores, governos tentam dividir o ajuste fiscal com órgãos que, em muitos casos, registram superávit. Fonte: O Estado de S. Paulo

STF está dividido sobre constitucionalidade de pontos da lei de abuso de autoridade. O Supremo Tribunal Federal (STF) está dividido sobre a constitucionalidade de pontos da lei de abuso de autoridade. Nas palavras de um ministro da Corte, não há consenso sobre a matéria no tribunal. O STF deverá se posicionar sobre o tema em ação proposta pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB). A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) foi protocolada na noite de sábado (28) e divulgada pela AMB no domingo (29). A ADI ainda não tem relator no Supremo. Fonte: G1 Notícias.

Magistrados acionam Supremo contra Lei de Abuso de Autoridade. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei de Abuso de Autoridade aprovada recentemente no Congresso. A medida foi tomada após os parlamentares terem

derrubado, na semana passada, 18 dos 33 vetos feitos pelo presidente Jair Bolsonaro à lei. A associação pediu uma liminar (decisão provisória) urgente para que 11 artigos da nova legislação sejam suspensos. Fonte: Agência Brasil

Previdência

Reforma da Previdência deverá ser votada nessa semana no Senado. O Plenário do Senado deve votar na próxima terça-feira (1) a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Reforma da Previdência (PEC 6/2019). A votação, que estava marcada para a terça-feira (24), foi adiada em razão de uma sessão do Congresso Nacional. Antes da análise em Plenário, a proposta terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será votado o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), com a análise das 77 emendas apresentadas. Fonte: Congresso em Foco.

Reforma Tributária

Relator da reforma tributária estuda incluir desoneração da folha em parecer. O relator da reforma tributária da Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), estuda incluir no parecer a desoneração da folha de pagamento das empresas que contratarem trabalhadores que ganhem entre 1 e 1,5 salário mínimo. Essas companhias teriam uma redução no imposto que pagam sobre os salários desses funcionários. Fonte: O Estado de S. Paulo

Governo não pode se omitir com reforma tributária, diz presidente do Ipea. O presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Carlos Von Doellinger, disse que o governo busca alternativas para conseguir desonerar as empresas com a reforma tributária. Após o descarte do imposto sobre transações financeiras, que foi associado à antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação financeira), a equipe econômica estuda possíveis remanejamentos de alíquotas nos outros tributos da proposta. Fonte: Poder 360.

ASSESPRO Último Foco

Brasil precisa capacitar 10,5 milhões de trabalhadores até 2023. O Brasil precisará qualificar 10,5 milhões de trabalhadores industriais até 2023 para suprir a demanda de profissões ligadas à tecnologia. A conclusão consta do Mapa do Trabalho Industrial 2019-2023, lançado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para orientar a oferta de cursos da instituição nos próximos anos. Segundo o levantamento, a maior parte desses 10,5 milhões de profissionais ligados à indústria precisará passar por cursos de reciclagem ou de aperfeiçoamento, tanto para dar conta da modernização de postos existentes como para repor vagas existentes de trabalhadores que se aposentarão ou se desligarão dos serviços. O estudo, no entanto, detectou o potencial de criação de 33.453 vagas relacionadas às mudanças tecnológicas. Fonte: Agência Brasil.

Governo cria tabela de preços para compras da Microsoft. O governo federal vai padronizar os preços para compra de produtos de TI (Tecnologia da Informação). O objetivo é gerar uma economia de cerca de 35%. Na sexta (27), a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia publicou o primeiro catálogo com preços máximos que poderão ser cobrados em licitações de produtos da Microsoft. Os gastos com a empresa chegaram a R\$ 1 bilhão no período de 2012 a 2018. Todos os 217 órgãos do governo deverão seguir os preços do catálogo, que será atualizado a cada seis meses. Fonte: Folha de S. Paulo

Anatel planeja criar selo de qualidade de telefonia celular, diz presidente da agência. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) planeja criar um selo de qualidade para indicar quais são as melhores operadoras de telefonia móvel do país. O presidente da agência, Leonardo Morais, defende a criação de uma ferramenta pela qual o consumidor identifique qual operadora oferece o melhor serviço em cada região. Fonte: G1 Notícias.

UE deve implementar imposto digital sozinha se não houver acordo global até o fim de 2020. Os próximos comissários da União Europeia disseram que o bloco deve implementar um imposto digital mesmo se nenhum acordo for alcançado em nível global até o fim de 2020, aumentando a pressão sobre multinacionais acusadas de pagar

poucos impostos. Em respostas a parlamentares da UE publicadas na sexta-feira (27), os futuros comissários também indicaram suas prioridades em regras fiscais e reformas financeiras para o bloco. Fonte: Reuters.

Inovação ganha força no País e número de startups cresce 207% em quatro anos. As *startups* nacionais têm ganhado cada vez mais mercado e a confiança dos grandes *players*. Mesmo em um cenário de desaceleração econômica, desde 2015, o número de empresas nascentes cresceu 207%. Além disso, hoje, o País conta com oito unicórnios - empresas com preço de mercado de mais de US\$ 1 bilhão - cenário que há quatro anos não existia. A taxa acumulada do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2014, quando a economia ainda sinalizava crescimento, era de 3,2%. A partir daí, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as variações trimestrais da atividade econômica oscilaram entre o positivo e o negativo. O último registro, do período entre janeiro e março de 2009, a economia avançou 0,9%. Fonte: DCI

Banco Central afrouxa regras de contratação de serviços na nuvem pelos bancos. O Banco Central publicou na segunda (30), uma nova resolução com ajustes na normativa que trata da contratação de serviços de computação em nuvem por instituições financeiras. Com a mudança, os bancos não precisam mais de autorização prévia para esses contratos, com uma exceção. A nova [Resolução 4.752/19](#) modifica a 4.658, de abril de 2018, pela qual o BC passou a adotar normas para uso de nuvem, de forma a alterar o prazo de comunicação, antes no mínimo 60 dias antes da assinatura do contrato, para até 10 dias depois da contratação ou alteração. Fonte: Convergência Digital.

Mais de 60% dos jovens brasileiros desconfiam ao dar dados pessoais na Internet. Ao contrário do que se pode pensar com a avalanche do mundo conectado, o ambiente educacional é a instituição de referência na vida dos jovens, revela a 3ª edição da pesquisa Juventudes e Conexões. O estudo aponta que a escola ou faculdade são para 60% dos 1.440 entrevistados, com idades entre 15 e 29 anos, as instituições mais importantes para aprender. A escola também é considerada a mais importante para participar da sociedade por 47% deles, para empreender, por 44%, e para decidir quem quer ser, por 56%. O estudo foi realizado pela Rede Conhecimento Social, com idealização da Fundação Telefônica Vivo e parceria com o Ibope Inteligência. Fonte: Convergência Digital.

Museu do Amanhã, no Rio, recebe evento global de *Blockchain*. O Rio de Janeiro receberá entre os dias 15 e 18 de outubro uma série de eventos globais de *Blockchain*. Começando no dia 15, o Museu do Amanhã promove a *Rio Blockchain Conference* (RBC), que tem o objetivo de explicar a tecnologia e suas aplicações já presentes no dia a dia, além de discutir oportunidades de trabalho e negócios no setor. A RBC é um evento gratuito e uma co-criação do Museu do Amanhã com o "EOS Rio" (eosrio.io), time carioca que opera em 9 redes globais de *Blockchain*. Já no dia 16 de outubro, o Copacabana Palace receberá a "*EOS Community Conference*" que reunirá empresas de mais de 20 países para discutir os rumos da tecnologia, num evento aberto ao público de desenvolvedores, empreendedores e interessados no assunto. Encerrando a série de eventos focados em *Blockchain*, nos dias 17 e 18 de outubro, um evento fechado no late Clube do Rio de Janeiro sediará uma *Hackathon - (Un)Conference*, reunindo alguns dos principais engenheiros de *Blockchain* do mundo. Fonte: Convergência Digital.

MCTIC diz que esperará testes das teles para opinar sobre faixa de 3,5 GHz. O secretário de telecomunicações do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Vitor Menezes, declarou na sexta (27), durante o Congresso Latinoamericano de Satélites, organizado pela TeleTime e realizado no Rio de Janeiro, que o ministério aguardará os testes das operadoras de telecomunicações em relação às interferências de 5G na banda C do satélite antes de opinar sobre a política pública a ser recomendada para a Anatel na questão do edital da faixa de 3,5 GHz. Os testes das operadoras acontecem no mês de outubro. Fonte: TeleTime.

Teles se adequam à LGPD, mas demora na composição da autoridade preocupa. Em menos de um ano, em agosto de 2020, a Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), entrará em pleno vigor no Brasil. O período não é tempo demais para as operadoras, que já estão se mobilizando para se adequar à nova legislação. Mas há percalços no caminho. Aprovada com vetos em julho deste ano por meio da medida provisória 869/2018, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) ainda não teve a composição do seu conselho diretor definida pelo Presidente Jair Bolsonaro. Isso pode se concretizar em insegurança jurídica para as empresas, uma vez que o órgão garante a aplicação da própria lei. Fonte: TeleTime.

Gastos com tecnologia para processos regulatórios atingirão US\$ 127 bilhões até 2024. Novos dados da *Juniper Research* preveem que o valor dos gastos da *Regtech* (processos regulatórios) excederá US\$ 127 bilhões até 2024, acima dos US\$ 25 bilhões em 2019. Esse crescimento será impulsionado por um aumento dramático na automação de recursos intensivos em recursos, tarefas, como as envolvidas nas verificações KYC (Conheça o seu cliente) e no aumento do uso da IA (inteligência artificial) no monitoramento de transações. De acordo com a pesquisa, "*Regtech: Redução de custos, impacto tecnológico e análise de fornecedores 2019-2024*", a IA é ideal para o espaço regulatório, pois pode reduzir dinamicamente taxas de falso positivo e falso negativo; levando a tempo significativo, recursos e, finalmente, economia de custos para os processos de monitoramento de conformidade. Fonte: TI Inside.

Secretaria do Tesouro quer vetar PLC 79 por causa da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Projeto de Lei da Câmara 79, que traz um novo modelo de telecomunicações, e foi aprovado este mês depois de quatro anos tramitando no Congresso Nacional, corre um sério risco de ser vetado por uma razão que até esta semana não era sequer cogitada por seus formuladores ou defensores. E a sugestão de veto está partindo de um dos braços do Ministério da Economia, mais especificamente, da Secretaria do Tesouro. Essa secretaria entende que a adaptação dos contratos de concessão para os de autorização afronta a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e que por isso não pode prosperar. Fonte: TeleSintese.

Consulta pública sobre inventário de dados abertos encerra dia 20 de outubro. Está aberta, até o próximo dia 20 de outubro, a [consulta pública](#) sobre o inventário de dados abertos da Casa Civil da Presidência da República. O objetivo é proporcionar a participação dos cidadãos no que tange aos itens prioritários de bases de dados. Os principais objetivos estão dispostos no art. 1º do [Decreto nº 8.777/2016](#). Entre eles, promover a publicação de dados continuados em bases de dados de órgão e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sob a forma de dados abertos; aprimorar a cultura de transparência pública; e fraquear aos cidadãos o acesso, de forma aberta, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo Federal. Fonte: ASCOM – Casa Civil.

Programa vai levar internet a 6,5 mil escolas rurais até o fim do ano. O programa Educação Conectada, do Ministério da Educação (MEC), vai possibilitar que 6,5 mil escolas rurais passem a utilizar internet banda larga até o fim deste ano. A ideia é que professores apliquem os conteúdos pedagógicos por meio virtual, além dos livros didáticos. Até o momento, já foram conectadas 4,6 mil instituições de ensino. Cerca de 1,7 milhão de alunos serão beneficiados na área rural. O investimento no ano será de R\$ 120 milhões.. Fonte: ASCOM – GovBR.

Brics: Brasil lançará plataforma digital de projetos em inovação tecnológica. O Brasil sediará XI Cúpula do Brics ocorrerá nos dias 13 e 14 de novembro de 2019, no Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O país assume a presidência com o mote: crescimento econômico para um futuro inovador. Em reunião, na sexta-feira (26) com os ministros das Relações Exteriores do bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, no Rio de Janeiro, o chanceler brasileiro, Ernesto Araújo disse o país quer fortalecer a cooperação soberana e construtiva no interior do bloco, entregando resultados práticos. O ministro antecipou que o Brasil pretende lançar na cúpula, em novembro, uma plataforma digital de projetos em inovação tecnológica conjunta entre os cinco países que formam o bloco. Fonte: ASCOM – GovBR

MCTIC divulga estudo “Indicadores de Parques Tecnológicos”. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) divulgou o [Estudo de Indicadores de Parques Tecnológicos](#) realizado em parceria com o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT/UnB). A publicação tem como objetivo apresentar um panorama do segmento de Parques Científicos e Tecnológicos no país, com dados levantados em 2017 e 2018, atualizando o último levantamento publicado com os dados referentes aos anos de 2013 e 2014. Os dados coletados demonstram que as iniciativas de parques tecnológicos se multiplicaram, no Brasil, ao longo do tempo, passando de 10 em 2000, para 103 em 2017, sendo 37 em fase de projeto, 23 em fase de implantação e 43 em fase de operação. Destaca-se ainda que, a despeito de uma maior concentração nas regiões Sul e Sudeste, já existem parques em operação em todas as regiões brasileiras, envolvendo iniciativas em 20 estados e no Distrito Federal. Fonte: ASCOM – MCTIC.

Portaria regulamenta publicação de atos de companhias fechadas. O Ministério da Economia publicou na segunda-feira (30) a [Portaria nº 529](#), de 26 de setembro de 2019, que regulamenta o §4º do art. 289 da [Lei nº 6.404/1976](#) – Lei das Sociedades por Ações (S.A.) – que dispõe sobre a forma de publicação e de divulgação dos atos relativos às companhias fechadas. A portaria estabelece que sociedades anônimas fechadas publicarão gratuitamente seus atos societários na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo [Decreto nº 6.022/2007](#). A Central de Balanços, que entrará em operação a partir do próximo dia 14 de outubro, contará com certificação digital de autenticidade dos documentos no padrão ICP-Brasil, além de permitir a emissão de documentos que comprovem a autenticidade, a inalterabilidade e a data de publicação de atos empresariais exigidos pela Lei das S.A. Fonte: ASCOM – ME.